

COMBATES EPISTEMOLÓGICOS EM TORNO DO CONCEITO DE *ANTIGUIDADE TARDIA*: UMA ANÁLISE DO *TRIUMPHUS* ROMANO NO REINO HISPANOVISIGODO (SÉCS.VI-VII)

COMBATES EPISTEMOLÓGICOS ALREDEDOR DEL CONCEPTO DE ANTIGÜEDAD TARDÍA: UN ANÁLISIS DEL *TRIUMPHUS* ROMANO EN EL REINO HISPANOVISIGODO (SIGLOS VI-VII)

Rafael Costa Prata¹

Resumo: Em nossa reflexão historiográfica, efetuaremos, inicialmente, uma problematização do conceito de *Antiguidade Tardia* no âmbito da *operação historiográfica*, por meio das reflexões epistemológicas apresentadas por uma gama de historiadores, sejam defensores ou críticos, no decurso dos anos 1970 até o presente em curso, a fim de contemplarmos as possibilidades de diálogos e intersecções entre a *História Antiga*, a *Idade Média* e o conceito de *Antiguidade Tardia*. Ao término, analisaremos, como uma espécie de estudo de caso historiográfico, por meio do cotejamento de um conjunto de fontes tardoantigas, as ressignificações e as continuidades da cerimônia imperial romana, denominada *Triumphus*, nas condutas político-militares dos monarcas hispanovisigodos durante os séculos VI-VII.

Palavras-Chave: Antiguidade Tardia, Triumphus, Reino Hispanovisigodo.

Resumen: En nuestra reflexión historiográfica, problematizaremos inicialmente el concepto de Antigüedad Tardía en el ámbito de la operación historiográfica, a través de las reflexiones epistemológicas presentadas por un conjunto de historiadores, ya sean defensores o críticos, a lo largo de los años setenta hasta la actualidad, en para contemplar las posibilidades de diálogos y cruces entre la Historia Antigua, la Edad Media y el concepto de *Antigüedad Tardía*. Al final, analizaremos, a modo de estudio de caso historiográfico, a través de la comparación de un conjunto de fuentes tardoantigüedades, las ressignificaciones y continuidades de la ceremonia imperial romana, llamada *Triumphus*, en la conducta político-militar de los monarcas hispanovisigodos durante los siglos VI-VII.

Palabras-clave: Antigüedad Tardía, Triumphus, Reino HispanoVisigodo.

¹ Mestre em História (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe - PROHIS-UFS, 2016), Doutor em História (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso - PPGHIS-UFMT, 2021). Vice-Coordenador do *Dominium* – Estudos sobre Sociedades Senhoriais e Membro Integrante do *Vivarium* – Laboratório de Estudos sobre a Antiguidade e o Medievo. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1925071421706991> ORCID: 0000-0001-6003-477X

INTRODUÇÃO

As temporalidades e as espacialidades que secularmente engendram os discursos historiográficos foram construídas e consolidadas pela Historiografia Alemã e Francesa no decorrer do século XIX e primórdios do século XX, as quais trataram de arregimentar a “sistematização da história universal numa estrutura rígida” (CHESNEAUX, 1995, p.93) dividida em grandes blocos temporais e espaciais.

Estamos nos referindo ao “Quadripartismo Histórico” no qual a “História Universal” se encontra plenamente dividida em blocos temporais e espaciais de natureza estanque, cujas temporalidades se apresentam profundamente lineares e integralmente perpassadas pelo suceder de grandiosos acontecimentos demarcadores, ambientados precisamente em espacialidades ocidentais europeias e protagonizados pelas “grandes personalidades político-militares”, que delimitam um constante movimento de “gênese”, “apogeu”, “crise”, “declínio” e subsequente passagem de um estágio histórico em superação para o vindouro período histórico em gestação.

Neste tradicional *modelo quadripartite*, as temporalidades e as espacialidades se encontram encerradas em um rígido *quadripartismo espaço-temporal* de natureza eurocêntrica no qual:

A História Antiga, de fato, história da Antiguidade greco-romana, com uma tímida abertura para o Egito faraônico e os impérios assírio-babilônicos (...) se estende tradicionalmente até a queda do Império Romano (conquista de Roma pelos bárbaros, em 410, ou queda do Império Romano do Ocidente, em 476); História da Idade Média, de fato, da Idade Média ocidental, com um esforço para estendê-la a Bizâncio, ao leste da Europa e aos países árabes do Mediterrâneo. Esse período se estende até a conquista de Bizâncio pelos turcos (1453) ou até o descobrimento da América por Cristóvão Colombo (1492); História Moderna, sempre da Europa, aí compreendida sua expansão colonial de ultramar, período que se estende até a Revolução Francesa (1789); História Contemporânea, a única que ultrapassa, bem ou mal, o marco europeu e deixa um lugar efetivo para os países da Ásia, África e América (CHESNEAUX, 1995, p. 92-93).

Contemplamos, pois, no âmago desse hegemônico *Quadripartismo Histórico*, as consequentes adoções, enquanto espaços-temporais fundadores, ainda que por meio de “tímidas abordagens”, das chamadas *Civilizações do Oriente Próximo* – Egito e Mesopotâmia – para destacarem, sobretudo, os vindouros processos históricos que culminaram nas edificações das gloriosas *Civilizações da Antiguidade Clássica* – Grécia e Roma – como os ápices sociais, culturais, políticos, econômicos, militares, etc, desta *Antiguidade* eminentemente europeia em suas estruturas espaço-temporais.

Não por menos, esta *Historiografia Política Tradicional* selecionara a deposição do “último imperador romano”, Rômulo Augústulo, em 476 d.C., pelas hostes “bárbaras” do dirigente político-militar germânico Odoacro, como o marco político-militar que demarcaria as fronteiras temporais de

ruptura desta Antiguidade Greco-Romana e o subsequente alvorecer de uma Idade Média que, decerto, nutriria a mesma natureza essencialmente europeia.

No bojo deste enquadramento de “passagem espaço-temporal” – Roma, Europa, 476 d.C. – contemplamos a emergência de um dominante paradigma historiográfico engendrado por antiquistas e medievalistas que, ao menos desde a segunda metade do século XVIII, passaram a nortear as suas abordagens tardoantigas a partir das problematizações de uma gama de premissas sociais, políticas, militares e econômicas que explicariam a súbita e drástica “Queda do Império Romano” no ano de 476 d.C., e, conseqüentemente, as “traumáticas” fronteiras temporais que demarcariam a brusca ruptura de uma “aclamada” Antiguidade Greco-Romana em direção precisamente ao apressado alvorecer de uma “nefasta” Idade Média Europeia.

Para alguns destes intelectuais, como o antiquista romanista Edward Gibbon², o Império Romano teria entrado em “declínio” e “queda” por conta precisamente de uma gama de fatores externos, sobretudo, a entrada maciça dos “povos bárbaros” no *limes* imperial romano,³ o qual teria desestruturado progressivamente as estruturas sociais, políticas, militares, econômicas do Império Romano, de maneira tal que “a civilização romana não morreu de morte natural; foi assassinada” (PIGANIOL, 1972, p.476).

Enquanto que, para outros, como A.H.M Jones,⁴ o Império Romano teria entrado em profundo declínio por conta de suas contradições internas, pela incapacidade de resolver os problemas de suas próprias estruturas sociais, políticas, militares, econômicas, especialmente as profundas crises ocorridas no sistema escravista e na estrutura político-militar, de modo que o Império Romano teria sucumbido por conta de uma “morte natural”.

Por detrás desta querela historiográfica, encarnada precisamente no questionamento - “Roma morreu ou foi assassinada?” -, seguramente existia ao menos uma concordância argumentativa de natureza espaço-temporal entre os antiquistas e os medievalistas que antagonizavam: “é possível considerar uma verdade histórica o fato de que o Império Romano declinou e caiu” (MOMIGLIANO apud RIBEIRO, 2015, p.83).

² “No desastroso período da queda do Império Romano, que pode ser justificadamente datada do reinado de Valente, a felicidade e a segurança de cada indivíduo eram atacadas, e as artes e as obras de séculos, rudemente desfiguradas pelos bárbaros da Cítia e da Germânia”. GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.446.

³ Tratava-se das regiões de fronteira onde “romanos e não romanos habituaram-se a se encontrar e a fazer trocas, começando a dar à luz uma realidade intermediária: ela torna-se o eixo involuntário em torno do qual os mundos romanos e bárbaros convergiam”. BASCHET, Jérôme. **A Civilização feudal: do ano mil a colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006. p. 50.

⁴ JONES, A. H. M. **Déclin du Monde Antique**. Paris: Sirey, 1970.

Independente das motivações, internas ou externas, os antagonistas concordavam plenamente que a temporalidade demarcada no ano de 476 d.C. e a espacialidade encarnada no Ocidente Europeu, precisamente em Roma, demarcaria o “declínio”, a “ruptura” e a “queda” do poderoso Império Romano, que perdurara de maneira incólume durante o decurso da Antiguidade Clássica. Para os antiquistas e medievalistas, adeptos deste paradigma espaço-temporal calcado na “Queda do Império Romano, em Roma, no ano de 476 d.C.”:

O preceito da ruptura entre o mundo clássico e o medieval aparecia como evidente e natural: afinal de contas, segundo esse raciocínio, o Império Romano acabara de forma abrupta e irreversível, o Imperator deixava de ser realidade nos territórios ocidentais e os bárbaros, principais responsáveis pela derrota romana, impuseram sua vontade em termos políticos e culturais (FRIGHETTO, 2006, p.163).

O SURGIMENTO DO CONCEITO DE *ANTIGUIDADE TARDIA*

Entretanto, a década de 1970 contemplaria a emergência de uma gama de historiadores que passariam a problematizar e a desconstruir este secular paradigma do *quadripartismo histórico*, em especial, a vigente concepção de “tempo histórico” de natureza linear, estanque e profundamente perpassada pelas ideias de “gênese”, “ruptura”, “declínio” e “queda”, e, igualmente o enfoque profundamente eurocêntrico incidente na “espacialidade histórica”, que engendraram os debates historiográficos em torno das passagens da Antiguidade para a Idade Média.

Não foram poucos os antiquistas e os medievalistas que se debruçaram nas composições de novos paradigmas epistemológicos nos quais o “espaço histórico” e o “tempo histórico” passaram a ser compreendidos de maneira diametralmente opostas, em suma, a partir da devida problematização de outros “espaços conectados” – orientais, africanos, periferias ocidentais - que não apenas os costumeiramente enfocados pelos paradigmas eurocêntricos e ocidentalizados, e, sobretudo a partir da adoção de temporalidades de longa duração que contemplassem não apenas as rupturas sentidas, mas, principalmente, as continuidades e as ressignificações nas estruturas sociais, políticas, militares, econômicas e culturais ocorridas nos “espaços conectados” durante os séculos de transição entre a Antiguidade e a Idade Média.

Ao se debruçarem sobre as fronteiras temporais e espaciais existentes entre a Antiguidade e a Idade Média, alguns historiadores passaram a defender a adoção do conceito de *Antiguidade Tardia* como um instrumento epistemológico mais eficaz para compreendermos as singulares características sociais, políticas, militares, culturais e econômicas operacionalizadas não apenas nos “espaços conectados ocidentais”, em suma, nas monarquias romano-germânicas que se desenvolveram no Ocidente Europeu pós-476 d.C., mas, como também nos demais “espaços conectados” – orientais, africanos, etc - que habitavam os distintos mundos mediterrânicos entre os séculos III-VIII d.C.

Com a publicação, em 1971, de sua obra *O mundo da Antiguidade Tardia: de Marco Aurélio a Maomé*, o historiador irlandês Peter Brown acabou por “apresentar” o conceito de *Antiguidade Tardia* para o campo historiográfico, uma vez que aquele conceito se encontrava confinado no campo da *História da Arte*.⁵

Nesta sua obra, Brown apresentara uma série de postulados epistemológicos que objetivavam romper com o paradigma historiográfico tradicional, pautado nas ideias de “gênese e queda”, ao defender que a aplicação deste conceito de *Antiguidade Tardia* se apresentaria profundamente benéfico aos estudos sobre o mundo mediterrânico pós-476 d.C., pois, este se encontrava profundamente atravessado por um paradigma epistemológico que o encaminhava a contemplar “constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o mediterrâneo”, o que significaria colocar na pauta da análise uma série de elementos institucionais da *Antiguidade Clássica* que tiveram um papel crucial na configuração dos distintos “espaços” e “tempos” que engendrariam o peculiar cenário mediterrânico tardo-antigo.

Brown reclamara justamente a necessidade de se vislumbrar a *Antiguidade Tardia* através de um viés analítico que contemplasse as continuidades, as transformações e as inovações produzidas naqueles espaços mediterrâneos encerrados entre Marco Aurélio (161-180 d.C.) e o apogeu do Islã (800 d.C.):

É muito fácil escrever sobre o mundo da Antiguidade Tardia como se ele fosse meramente um conto melancólico de “Declínio e Queda”: do fim do Império Romano, visto pela perspectiva do Ocidente; do Império Persa, Sassânida, visto pela perspectiva do Irã. (...) Olhando para o mundo da Antiguidade tardia, nós somos pegos entre a contemplação culpada das ruínas ancestrais e as aclamações excitadas do novo crescimento (BROWN, 1995, p.7, Tradução Nossa).⁶

Contemplamos uma clara mudança de paradigma temporal e espacial efetuado por Brown em sua operação historiográfica ao romper com as demarcações tradicionais relativas ao “final” da Antiguidade e o “início” da Idade Média (476 d.C.), através da adoção de uma temporalidade distinta, que “atravessa” os demarcadores tradicionais dos períodos históricos em questão, em suma, por meio de “séculos iniciais” que emergem ainda na Idade Antiga e de “séculos finais” que se encerram na Alta Idade Média (sécs. III-VIII d.C.).

⁵ O termo *Antiguidade Tardia* deriva da palavra *Spatantike* pertencente ao quadro de conceitos históricos da historiografia alemã. Tal palavra, que acabou sendo popularizada nos círculos históricos alemães pelo historiador da arte Alois Riegl, tem como propósito abarcar uma gama infundável de caracteres provenientes do mundo clássico greco-latino que acabaram alicerçando a cultura germânica a partir do século IV d.C.

⁶ “It is only too easy to write about the Late Antiquity world as if it were merely a melancholy tale of “Decline and Fall”: of the end of the Roman Empire as viewed from the West; of the Persian, Sassanian Empire, as viewed from Iran (...) Looking at the Late Antique world, we are caught between the regretful contemplation of ancient ruins and excited acclamation of the new growth”. BROWN, Peter. **The world of Late Antiquity**. Thames and Hudson, Londres, 1995, p.7.

Espacialmente, ao problematizar a intensa conectividade mediterrânea de outros “espaços” que não apenas os tradicionais cenários ocidentais europeus, como os “periféricos” espaços asiáticos da Pérsia e da Índia. Como destacara Gebara da Silva, esta obra produzida por Brown:

Estabelece uma perspectiva de continuidade social e cultural não somente em termos temporais, entre os séculos III e VIII d.C., mas também em termos espaciais, com um mundo tardo-antigo que engloba da Irlanda às fronteiras da Pérsia com a Índia. Uma contribuição central da obra de Brown foi o enraizamento espacial da sua narrativa no corredor de sociedades formado pelo Mediterrâneo e pelo Planalto Iraniano (GEBARA DA SILVA, 2019, p.477-478).

Quanto a Henri Marrou, em sua obra *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?*, publicada originalmente em 1977, sua importância reside no entendimento deste período encerrado entre a Antiguidade e a Idade Média não como a última fase de um desenvolvimento contínuo, porém, como “uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através de cânones de épocas anteriores” (MARROU, 1979, p.15).

Desta maneira, propunha uma necessária “revitalização” dos olhares sobre este período, para que se pudesse entendê-lo não mais como um momento de dissolução integral de todas as estruturas políticas, culturais, econômicas, etc, concernentes ao Império Romano. Esta “outra civilização” deveria ser compreendida a partir de uma evidente continuidade de uma série de caracteres institucionais da *Antiguidade Clássica*, especialmente, os culturais e religiosos, e igualmente das profundas transformações que, somadas aos elementos apresentados pelo mundo germânico, produziram um novo quadro para o período em questão, entendido como *Antiguidade Tardia*.

Apesar de, comparativamente a Brown, não alargar muito as suas análises em direção aos outros espaços mediterrânicos não-ocidentais, Marrou contribuiu ao igualmente deslocar o “tempo histórico” daquele marco tradicional de passagem da Antiguidade para a Idade Média (476 d.C.) ao construir a sua *Antiguidade Tardia* enquanto um período demarcado entre os séculos III e VI d.C. e, certamente ao se afastar dos conceitos de “decadência, declínio, ruptura, queda” que engendraram o paradigma historiográfico tradicional.

Evidentemente que muitos outros historiadores poderiam ser citados como artífices cruciais desta emergência e consolidação do conceito de *Antiguidade Tardia* no campo historiográfico. Porém, para que não nos estendamos muito, problematizaremos, de maneira bastante sintética, algumas das reflexões historiográficas defendidas pelo historiador brasileiro Renan Frighetto em relação à temática, por este se apresentar seguramente como o principal expoente nos estudos sobre a *Antiguidade Tardia* no Brasil.

Para Frighetto, este período encerrado entre os séculos II-VIII d.C. se apresentaria não como um momento de crise e decadência sociopolítica, econômica, cultural, etc, mas sim como uma época

de intensas transformações em todas as estruturas, uma vez que este mundo tardo-antigo seria profundamente marcado por um intenso movimento de “Reformulação, Readequação e Interação: três conceitos que fazem da Antiguidade Tardia um período histórico único, autônomo e dotado de identidade própria” (FRIGHETTO, 2009, p.121).

Preocupado em analisar as mais finas tessituras constituintes do mundo mediterrânico durante aqueles séculos, Frighetto analisou minuciosamente uma série de problemáticas características de cada um destes séculos em questão, a fim de contemplar que tais estruturas dispostas naquela nova paisagem se apresentariam como paradigmas das transformações, mutações e readequações que “caracterizaram aquela época de passagem entre o passado clássico helenístico (séculos VI a.C. ao século II d.C.) e o período que denominamos como a Idade Média (séculos V ao XV ou, segundo nossa interpretação, dos séculos IX ao XV)” (FRIGHETTO, 2013, p.11).

Um dos pontos centrais de suas reflexões não poderia ser outro se não a problematização dos conhecidos conceitos historiográficos de “ruptura” e “decadência”. Assim sendo, ao analisar o mundo mediterrânico após a queda da *pars occidentalis* do Império Romano em 476 d.C., Frighetto não se absteve em constatar que indubitavelmente certas “rupturas” acabaram por ser produzidas no decurso deste processo.

Entretanto, ao detectar, por exemplo, o evidente desaparecimento da autoridade imperial romana nesta nova paisagem formada, este intelectual procurou reforçar prontamente que não deveríamos interpretar essa ruptura como uma “decadência” daquela estrutura, haja vista que as monarquias romano-bárbaras acabaram herdando e preservando tais estruturas, cargos e funções administrativas outrora vigentes no Império Romano. Trata-se, portanto, de uma continuidade estrutural possibilitada por uma série de inovações e readequações que seriam efetuadas no decurso deste cenário da *Antiguidade Tardia*.

Ao analisar as diversas transformações ocorridas no último quartel do século III e o alvorecer do século IV, Frighetto procura pensá-las a partir justamente de uma “paradoxal” conjunção entre a tradição e a renovação; dito de outra maneira, segundo ele, o conjunto de renovações produzidas durante este período teriam por característica a manutenção de elementos da tradição imperial, mas, tratando de mesclá-los com elementos novos, posto que “encontramos, entre o final do século III e o século VI, diversas renovações do passado imperial romano, travestindo-o com o manto de “novas” interpretações políticas e ideológicas” (FRIGHETTO, 2012, p.93).

Frighetto reforça ainda mais esta aliança entre a tradição, a inovação e a ressignificação durante a *Antiguidade Tardia* ao ratificar que:

Ao fim e ao cabo, temos diante de nós fontes e personagens que fazem parte da História, responsáveis pela preservação de ideias e de conceitos políticos do passado

que sofreram, ao longo dos séculos, um processo de transformação que os tornou inteligíveis ao seu momento histórico. Podemos dizer, sem dúvida, que estes autores nos ensinam que as ideias e realizações do passado clássico romano republicano e imperial eram o combustível necessário para a legitimação dos poderes políticos nas monarquias romano-tardias e romano-bárbaras da Antiguidade Tardia (FRIGHETTO, 2008, p.37).

Apesar de destinar as suas abordagens essencialmente para as conjunturas sociais, políticas, militares, econômicas, etc, das chamadas monarquias romano-germânicas progressivamente gestadas no decurso da *Antiguidade Tardia*, Frighetto não se exime em analisar os impactos produzidos por esse amalgama romano-germânico nos demais espaços mediterrânicos orientais e africanos, além de efetivamente quebrar com a demarcação temporal tradicional ao constituir a sua temporalidade entre os séculos II-VIII d.C.

Podemos ratificar, passados ao menos cinquenta anos de composição e gradativa consolidação deste conceito historiográfico, que o conceito de *Antiguidade Tardia* obteve o seu espaço dentro do metiê historiográfico. Entretanto, a admissão desta constatação não deve nos direcionar a crença de que o conceito historiográfico em questão não tenha sido igualmente alvo de contestações e de críticas efetuadas por antiquistas e medievalistas as suas estruturas epistemológicas.

AS CRÍTICAS EPISTEMOLÓGICAS AO CONCEITO DE ANTIGUIDADE TARDIA

Ao analisar acuradamente as mais referendadas abordagens historiográficas norteadas pelo conceito de Antiguidade Tardia, produzidas ao menos desde os anos 1970, o medievalista Paulo Duarte procurou destacar as principais características definidoras apresentadas conjuntamente por estas reflexões historiográficas. Conforme este:

- a) tal concepção [Antiguidade Tardia] privilegia o estudo das regiões *do mediterrâneo oriental*; por extensão, esquiva-se dos “problemas convencionais do declínio e queda do Império Romano do Ocidente”; b) substitui termos como *crise* e *decadência* por *transição*, *transformação*, *mutação* ou *interação*, conferindo ao período matiz *positivo* e por vezes associado ao pensamento contemporâneo; c) toma como objeto preferencial a *vida cultural, religiosa e espiritual*; d) aborda intensamente as expressões artísticas, intelectuais e estéticas do período, incorporando *insights* antropológicos e arqueológicos, questionando de modo decisivo o propalado *declínio* até então verificado nos estudos do período. e) os autores que se utilizam desta noção estão confiantes de que o período intitulado Antiguidade Tardia exprime, portanto, um momento histórico nem antigo, nem medieval: a saber, é dotado de *especificidades*, que muitas vezes compõem o substrato da Europa em gestação – hierarquia eclesiástica, monasticismo, códigos jurídicos (SILVA, 2013, p.80-81).

Para Duarte, seguramente podemos ratificar como “diversas as virtudes evocadas por tal perspectiva” (SILVA, 2013, p.81), sobretudo, o modo como o conceito rompe com o secular estereótipo de “Dark Ages” incidente sobre a Idade Média e igualmente por encaminhar novos olhares

para outros espaços mediterrânicos, em especial, o Oriente e a África, que não apenas os espaços inerentes ao Ocidente Europeu.

Entretanto, ainda assim, deveríamos nos atentar profundamente para o fato de que “a noção de Antiguidade Tardia também encerra dificuldades e riscos” (SILVA, 2013, p.81). Os “problemas” encarnados no conceito de *Antiguidade Tardia* estariam associadas as questões teórico-metodológicas não somente de natureza “temporal”, mas, como também aquelas relativas a própria concepção de “escrita historiográfica”.

Por conseguinte, em primeiro lugar, uma das críticas epistemológicas mais recorrentes efetuadas pelos diversos críticos do conceito em questão, se encontra direcionada ao problemático “enquadramento temporal” da *Antiguidade Tardia*, em suma, a “dificuldade de precisão cronológica” claramente notável no âmago das obras produzidas seguindo este paradigma espaço-temporal (SILVA, 2013, p.81).

Conforme Duarte, o vislumbre do conjunto de obras historiográficas produzidas em torno do conceito de *Antiguidade Tardia*, evidenciaria rapidamente como não há uma delimitação precisa em relação ao enquadramento temporal que definiria as suas fronteiras temporais. Nesse sentido, esta imprecisão se tornaria notável a partir da “obra fundadora de Brown, na qual por vezes o autor usa indistintamente tardorromano, tardoantigo ou mesmo baixo imperial” (SILVA, 2013, p.82).

Esta crítica em torno da imprecisão cronológica incidente em torno do conceito de *Antiguidade Tardia* tem sido reforçada por uma gama de historiadores que se debruçarem sobre a análise do conceito. De fato, não há como negar o “caráter fluído” destas fronteiras temporais, haja vista que contemplamos claramente uma gama de usos diferenciados dos séculos II d.C. ou III d.C. e igualmente dos séculos VII d.C. ou VIII d.C. como marcadores iniciais e finais da Antiguidade Tardia aplicadas nas mais distintas reflexões historiográficas.

Para além destes “problemas de enquadramento temporal”, o conceito de *Antiguidade Tardia* acarretaria igualmente um outro grave problema relacionado especialmente a interpretação das fontes históricas. Portanto, se faria possível reforçar que “diversas assertivas de continuidade são demasiado genéricas, baseadas em evidências arqueológicas ou literárias dispersas – ambas, neste caso, interpretadas de modo problemático” (SILVA, 2013, p.82).

Por fim, podemos apontar como o “problema mais grave”, corriqueiramente mencionado pelos críticos do conceito de Antiguidade Tardia, o intenso emprego das “noções associadas à continuidade – integração, assimilação, transição pacífica entre outros” (SILVA, 2013, p.82), posto que estas noções acabaram criando um mito de unidade utópica nas relações sociais, políticas, militares, econômicas, etc, desenvolvidas entre os povos que habitavam os espaços mediterrânicos

durante os séculos em questão e, conseqüentemente, um pungente “tabu em torno do uso da expressão crise para se referir a um processo histórico” (SILVA, 2013, p.82-83).

Para historiadores como Bryan Ward-Perkins, Paulo Duarte da Silva, dentre outros, o demasiado enfoque nos empregos recorrentes de conceitos “positivos” como continuidade, integração, assimilação, transição pacífica, em detrimento dos seculares conceitos “negativos” de crise, queda, declínio, invasão violenta, teriam ocasionado uma percepção enviesada de natureza utópica nas mentalidades dos adeptos do conceito de Antiguidade Tardia, na medida em que estes se recusariam a admitir episódios de qualquer natureza onde rupturas e declínios seriam facilmente constatados por meio das fontes históricas.

Nesse sentido, em *A queda de Roma e o fim da Civilização*, publicado em 2005, Ward-Perkins procurou precisamente efetuar uma série de incisivas críticas ao que considerara um terrível “mal” gerado pela popularização do conceito de Antiguidade Tardia a partir dos anos 1970: a drástica diminuição da utilização de conceitos históricos como “crise”, “declínio” ou “queda” nos trabalhos de historiadores que se dedicaram a estudar o cenário ocidental pós-476 d.C.

Prosseguindo em sua crítica, Ward Perkins conclui que estes termos “consagrados” passaram a ser gradualmente substituídos por novos conceitos históricos de natureza “relativista” oriundos desta nova concepção historiográfica, como “transição”, “mudança” e “transformação”. Uma prova dessa “relativização” cada vez mais operada, sob o ponto de vista deste intelectual, teria sido propriamente o modo como os historiadores passaram a observar a natureza das chamadas “invasões bárbaras”; segundo aquele, a natureza violenta destas invasões se apresentava como algo indiscutível no campo historiográfico, mas, com a emergência desta nova concepção, cada vez mais os historiadores passaram a revisar a questão para, a seguir, apontá-las como assentamentos que se realizaram de maneira pacífica (WARD-PERKINS, 2005, p.1-10).

Basta que mencionemos, como um paradigma basilar desta percepção historiográfica em que se centra a crítica efetuada por Ward-Perkins, dentre outros, a percepção de Baschet em torno da expressão “invasões bárbaras” e, conseqüentemente, acerca da natureza das relações sociais, culturais, político-militares e econômicas travadas entre o Império Romano do Ocidente e os diversos povos germânicos que habitavam as suas fronteiras e os limites imperiais internos:

O termo invasões não é mais satisfatório do que o termo bárbaros. Houve vários episódios sangrentos, conflitos militares, incursões violentas e ocupações de cidades. entretanto, a instalação dos povos germânicos deve ser imaginada sobretudo como uma infiltração lenta, durando vários séculos, como uma imigração progressiva e muitas vezes pacífica. durante a qual os recém-chegados se instalaram individualmente, aproveitando-se de seus talentos artesanais ou pondo a sua força física a serviço da armada romana; ou também em grupos numerosos, beneficiando-se então de um acordo com o estado romano, que lhes concedia o estatuto de “povo federado” (BASCHET, 2006, p.50).

Não obstante, alguns destes críticos do conceito de *Antiguidade Tardia* passaram a, conseqüentemente, oferecer outros caminhos teórico-metodológicos para serem empregados nas reflexões historiográficas desenvolvidas em torno destes “polêmicos” séculos de “transição” entre a Antiguidade e a Idade Média.

Para Duarte, seria notavelmente mais coerente a operacionalização do conceito de *Primeira Idade Média*, posto que:

A proposta de Primeira Idade Média centra-se nos fenômenos desenrolados no Ocidente sem, no entanto, empregar o tom depreciativo imputado aos germanos que permanece ainda arraigado em boa parte dos trabalhos historiográficos. O período seria, ainda, reconhecido como dotado de particularidades, sem a pecha de *Dark Ages* e, ao mesmo tempo, sem o *exotismo* que caracteriza boa parte dos trabalhos referentes à “Antiguidade Tardia” (SILVA, 2013, p.90).

O medievalista Marcelo Cândido da Silva defende o emprego do conceito de *Alta Idade Média* como o mais operacional para enquadrar os séculos de transição entre a Antiguidade e o começo da Idade Média. Para este:

Sem querer atribuir significado excessivo aos marcos cronológicos, creio que a expressão Alta Idade Média é mais adequada do que Antiguidade Tardia à plasticidade das sociedades romano-bárbaras que emergem a partir dos séculos V e VI. Ela permite que se enxerguem os primeiros séculos da Idade Média como um locus de reinvenção da herança clássica, um espaço da construção de fenômenos específicos e originais, por exemplo, no domínio literário, o latim “altomedieval”, no domínio da história política, a Realeza Cristã, e, no domínio da economia rural, o Grande Domínio’ (CÂNDIDO DA SILVA, 2008, p.61).

A CONTINUIDADE DO *TRIUMPHUS* IMPERIAL ROMANO DURANTE A ANTIGUIDADE TARDIA

Dentre as inúmeras continuidades políticas, ideológicas, militares, etc., e, ressignificações das antigas instituições e práticas imperiais romanas ocorridas durante a Antiguidade Tardia, certamente podemos contemplar como uma das mais notáveis, a continuidade do emprego do chamado *Triumphus* pelas distintas monarquias romano-germânicas que ocuparam os espaços de poder no Ocidente, após a ruptura da *pars occidentalis* em 476 d.C.

Tratava-se de um sofisticado cerimonial de natureza pública operacionalizado corriqueiramente pelas lideranças imperiais romanas após as suas conquistas político-militares, na qual se orientava a composição de uma série de atos e ritos profundamente simbólicos orientados a produzirem, por meio de uma perspicaz utilização do escárnio e da humilhação dos derrotados, o reforço e a consolidação da legitimação do poder imperial do vencedor perante os seus novos súditos. Nesta cerimônia do *triumphus*, o soberano torna-se o *triumphator*, ou seja, aquele que será

devidamente louvado em meio a realização da pompa triumphales pela cidade, estando acompanhado no cortejo por aqueles que derrotara, convenientemente em situação de extrema humilhação.

Com o propósito de observarmos a continuidade desta cerimônia imperial romana, denominada Triumphus, durante a Antiguidade Tardia, por meio das mãos das monarquias romano-germânicas, analisaremos então dois episódios específicos ocorridos na Península Ibérica durante os reinados dos monarcas hispanovisigodos Recaredo I (586-601 d.C) e Wamba (672-680 d.C).

Durante o seu reinado, o monarca Recaredo I (586-601 d.C) enfrentara uma conspiração política suscitada por algumas das mais importantes dignidades do reino hispanovisigodo. O cronista Juan de Biclano nos conta que o monarca teve de enfrentar a *domesticae insidiae praetenduntur*, ou seja, a uma conjuração de natureza doméstica. Tratava-se da conspiração dirigida por Argimundo, descrito como *dux* de uma província e membro do *cubiculum régio*, que nas lides de 590 d.C., orquestrara um movimento usurpatório com o propósito de “assumir a tirania contra o rei Recaredo, para desta forma lhe privar, se possível, do reino e da vida”.⁷

Não possuímos muitas informações acerca da personalidade e, sobretudo, do cargo ocupado por este Argimundo dentro da organização do reino hispanovisigodo. Como percebemos, o biclarense Juan, o único cronista a descrever este episódio, apenas informa laconicamente que este se tratava de um *dux provinciae*, sem especificar sob qual província este exercia a sua autoridade político-militar, e de um membro do entorno doméstico do monarca Recaredo I. Partindo deste relato oferecido pelo biclarense Juan, uma série de autores passaram então a oferecer as suas versões acerca desta figura: para Alcalá Galiano este havia sido governador de Carpetânia (ALCALÁ GALIANO, 1844, p.101) enquanto que Sempere y Guarinos considerava que se tratava de um *dux* da Provenza (SEMPERE Y GUARINOS, 1822, p.72).

Não podemos afirmar sobre qual província o *dux provinciae* Argimundo realmente exercia a sua autoridade político-militar. Todavia, podemos apontar as consequências imediatas dessa conspiração política ocorrida durante o reinado de Recaredo I. Segundo o cronista Juan de Biclano:

Descoberta a maquinação de seu nefasto propósito, foi apressado e dirigido à prisão; realizada uma investigação, seus companheiros que haviam confessado a ímpia conjuração acabaram por serem mortos através de um justo castigo. O mesmo Argimundo, que desejava assumir o trono, fora primeiramente açoitado, para depois ser vergonhosamente raspado em sua cabeça e ter a sua mão direita arrancada, serviu a todos como exemplo na cidade de Toledo, onde, montado em um asno por meio de uma pompa, ensinou aos súditos a não serem soberbos com os seus senhores.⁸

⁷ Chron. Biclano (a. 590, III): “...Reccaredo ergo orthodoxo quieta pace regnante domesticae insidiae praetenduntur. nam quidam ex cubiculo eius, etiam provinciae dux nomine Argimundus adversus Reccaredum regem tyrannidem assumere cupiens, ita ut, si posset, eum regno privaret et vita...”

⁸ Chron. Biclano (a. 590, III): “sed nefandi eius consilii detecta machinatione comprehensus et in vinculis ferreis redactus habita discussione socii eius impiam machinationem confessi condigna sunt ultione interfecti, ipse autem Argimundus, qui regnum assumere cupiebat, primum verberibus interrogatus, deinde turpiter decalvatus, post haec dextra amputata exemplum omnibus in Toletana urbe asino sedens pompizando dedit et docuit famulos dominis non esse superbos.”

Como a própria expressão *pompizando dedit* indica, essa encenação quase que teatral, previamente organizada e pensada com um profundo sentido moralizante, se tratara de mais um castigo calcado na tradicional cerimônia do Triumphus romano, a qual havia sido “herdada” como um expediente bastante utilizado pelos monarcas visigodos, e posteriormente pelos hispanovisigodos, à hora de castigar os conspiradores e igualmente como um momento ideal para exemplificar a todos os súditos do reino frente aos riscos corridos ao se levar a cabo a organização de conjurações políticas deste mesmo gênero.

Através da encenação desta *pompa triumphales*, o monarca hispanovisigodo Recaredo I conseguiu assim tanto punir rigorosamente e escarniosamente ao conspirador Argimundo, quanto reforçar a sua autoridade monárquica perante os súditos, através do notório “ensinamento pedagógico” que a encenação do cortejo oferecia em relação ao que poderia acontecer a todos aqueles que se voltassem contra a figura do monarca.

Um ano após assumir o trono visigodo, em 673 d.C., Wamba partira com as suas hostes em direção as fronteiras da Cantábria para, através de uma de uma série de incursões devastadoras, combaterem os bascos daquela localidade. Esta:

Expedição liderada pelo rei integrou-se nas bastante frequentes ações punitivas contra os bascos, provavelmente, mais do que qualquer outra coisa, com o objetivo de preparar e manter a capacidade de combate do exército. Uma campanha bem-sucedida, obviamente um resultado não muito difícil de obter, proporcionaria ao novo monarca um triunfo militar que lhe conferiria prestígio no início do seu reinado. Tal situação explica presumivelmente os seus planos para a primavera e o verão de 673, plausivelmente traçados no outono anterior (...) Wamba planeava realizar uma campanha de prestígio no primeiro ano do seu reinado, com o objetivo de reforçar a sua autoridade pessoal e fortalecer os laços com os homens de armas, agora não mais como doge, mas como rei (ISLA FREZ, 2010, p.32-46, Tradução Nossa).⁹

Logo ao início de sua campanha, Wamba recebera a notícia de que se havia alçado um levante contra a sua figura na região da Septimânia, também chamada Gália Narbonense, na qual uma série de figuras eclesiásticas e da aristocracia se rebelaram sob a liderança de um certo Hilderico, o qual contando com o apoio bélico dos francos merovíngios havia conseguido conquistar uma boa parte das terras da Septimânia. Diante de tamanho perigo, Wamba decide então enviar ao foco da sedição uma expedição militar sob o comando do dux Paulo. Acontece que ao adentrar na capital da

⁹ “Expedición dirigida por el rey formaba parte de las acciones de castigo bastante frecuentes contra los vascones, probablemente, más que otra cosa, con un objetivo de preparación e mantenimiento de las capacidades de combate del ejército. Una campaña exitosa obviamente un resultado no muy difícil de obtener proporcionaría al nuevo monarca un triunfo militar que lo prestigiaría al inicio de su reinado. Tal situación explica, presumiblemente, sus planes para la primavera y verano del 673, trazados verosíblemente el otoño anterior (...) [De fato] Wamba tenía previsto realizar en el primer año de su reinado una campaña de prestigio, destinada a reforzar a su autoridad personal y a estrechar los vínculos con los hombres de armas, ahora ya no como dux sino como rey”. ISLA FREZ, Amancio. **Ejército, Sociedad y Política en la Península Ibérica entre los siglos VII y XI**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Ministerio de Defensa, 2010, p.32-46.

Septimânia, Narbona, esta liderança militar alinhou-se aos rebeldes, declarando-se contra a figura de Wamba. Desta maneira, aquele que havia sido o homem de confiança de Wamba para sufocar e extinguir o levante em questão, se tornaria o grande inimigo a ser combatido por ele.

No controle do levante, o dux Paulo passa então a não reconhecer a potestas de Wamba, de modo que sugere aos demais seditivos a composição de uma assembleia que decidiria a escolha do novo rei. Ao ser naturalmente escolhido, Paulo procura ser aclamado, ungido e coroado como um legítimo soberano visigodo, passando, deste modo, por todos os rituais sagrados de coroação. Ainda que alçado tiranicamente ao poder, Paulo em uma de suas cartas dirigidas para Wamba procurou se qualificar precisamente como Flavius Paulus unctus rex Orientalis em distinção a Wamba que seria para ele o “Rei do Sul”. Proclamando-se o senhor da Cartaginense e Narbonense, este usurpador procura ainda nesta missiva desafiar ao monarca convidando-o explicitamente para o inevitável enfrentamento militar ao ressaltar que aquele deveria se apressar para ir de encontro a ele na Septimânia para que naquela localidade encontrasse um grande opositor com o qual lutar.

Enquanto Wamba dava prosseguimento a sua premeditada campanha contra os vascos, Paulo se aproveitava então do distanciamento geográfico – e conseqüentemente temporal – de Wamba frente ao foco do conflito para orquestrar as suas primeiras ações na liderança do movimento, tratando então de fortalecer a sua posição dentro do movimento seditivo e principalmente de reforçar os diálogos travados com os vascos e os francos com os quais havia pactuado uma aliança, interação esta de natureza fundamental para o triunfo da sedição. Certamente o dux Paulo tinha em mente que por estar Wamba combatendo aos vascos na distante região da Cantábria, após o termino desta expedição, lhe seria necessário retornar a Toledo, para conseguir então mais reforços para o seu contingente militar e igualmente para a obtenção de todos os subministros necessários para a realização de uma nova campanha, restando-lhe então um bom tempo para orquestrar toda a logística de seu movimento.

Contudo, surpreendentemente Wamba que já se encontrava finalizando os conflitos com os vascos, resolve então partir diretamente com seu exército para a região da Septimânia, sem retornar a Toledo para aumentar os seus contingentes e como também para suprir o exército dos subministros necessários para uma nova expedição. Foi essa:

Audácia de Wamba, que não regressa à corte, o que provoca uma reviravolta (...) Wamba está consciente das necessidades estratégicas [reconhecendo que] a prontidão no seu ataque não só apanhou os rebeldes desprevenidos, impedindo-os de estarem cheios de suprimentos e em perfeitas condições defensivas. Isto também

impediu a conjunção dos rebeldes com o previsível apoio franco (ISLA FREZ, 2010, p.34).¹⁰

Após combater por mais sete dias aos vascos, Wamba se encaminhou com as hostes reais em direção ao foco da sedição, dividindo-o estrategicamente em três grupos de cavalaria ligeira, cada qual com missões inicialmente diversas, porém quando reunidas nutriam o mesmo fim: o controle das fortalezas pirenaicas. Ele fracionara assim o seu exército com o intuito de, antes de se endereçarem ao lócus do conflito, efetuarem algumas necessárias missões de cunho profundamente estratégico, em destaque, a conquista de uma série de pontos fortificados que circundavam os Pirineus, como *Clausurae* e *Llivia*, em seu intento de assegurar “que não haveria um ataque aberto por trás deles, causado pelo controle das passagens dos Pirenéus pelos rebeldes. Wamba queria selar os Pirenéus numa fase anterior ao seu surgimento na Septimânia.” (ISLA FREZ, 2010, p.36, Tradução Nossa)¹¹.

Selada a conquista estratégica dos pontos pirenaicos, travando assim crucialmente a possível chegada do auxílio franco aos seditivos, Wamba reúne novamente as três frentes de seu exército, unificando-o novamente, para partir então ao coração da sedição: a Septimânia. Iniciada a peleja, as forças militares rapidamente reconquistariam boa parte dos territórios que o dux Paulo havia tomado para si, só encontrando “grande resistência na capital da Gália, Narbona, que é tomada após um ataque naval e terrestre” (ZÉTOLA, 2004, p.36).

Passados seis meses de campanha, Wamba consegue vencer em definitivo aos seditivos que àquela altura encontravam-se aquartelados na antiga arena romana de Nimes. Vitorioso, Wamba retorna então triunfante para Toledo trazendo consigo em um cortejo público o dux Paulo e mais cinquenta e dois seditivos aprisionados, todos eles em situação de extrema humilhação, com as cabeças e as barbas raspadas, vestidos com maltrapilhos e empoleirados em camelos, estando em especial o dux Paulo portando uma escarniosa coroa feita com uma grande espinha do peixe Coris, também conhecido como “peixe-rei”.

Na sede régia, passariam então por um julgamento onde se encontrariam presentes boa parte da aristocracia hispanovisigoda, sendo então declarados culpados pelo crime de alta traição ao rei e ao regnum, não tendo sido mortos porque Wamba havia prometido a Argebadu, o metropolitano da

¹⁰ “Audácia de Wamba, que no retorna a la corte, la que provoca un giro de los acontecimientos (...) Wamba es consciente de las necesidades estratégicas [reconhecendo que] la prontitud en su ataque no sólo cógia desprevenidos los castra rebeldes, impidiendo que estuvieren plenos de suministros y en perfectas condiciones defensivas. También evitaba así la conjunción de los rebeldes con los previsibles apoyos francos”. ISLA FREZ, Amancio. **Ejército, Sociedad y Política en la Península Ibérica entre los siglos VII y XI**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Ministerio de Defensa, 2010, p.34.

¹¹ “Que no se produjera un ataque franco a su espalda, propiciado por el control de los pasos pirenicos por los rebeldes. Wamba quería sellar el Pirineo en una fase previa a su irrupción en la Septimania”. ISLA FREZ, op.cit, p.36.

Gália que havia atuado como mediador na rendição, que não executaria os rebeldes. O bispo Juliano de Toledo descreveu assim o evento:

Então, a quase um quarto de milha da cidade régia, Paulo, príncipe da tirania, e os restantes seguidores de suas sedições, com as cabeças decalvadas, com as barbas raspadas e os pés desnudos, maltrapilhos ou vestidos de hábito, são postos em carruagens de camelos. O próprio rei da perdição precedia na frente, digno de toda desonrosa confusão e coroadado com negro laurel de Coris. Seguiu então a esse rei em uma larga disposição, a ordem de seus ministros, todos sentados nas mesmas carruagens que foram relatadas e submetidos às mesmas burlas, entrando na cidade daqui para lá, diante da presença do povo.¹²

Temos demonstrado no decurso desta pesquisa que esta peculiar cerimônia de natureza altamente vexatória perpetrada por Wamba frente ao dux Paulo e aos demais seditivos se nos revela como uma dentre tantas “heranças” legadas pelos romanos aos visigodos durante o decurso da Antiguidade Tardia. Tal continuidade da realização da cerimônia romana do triumphus de fato:

Estava vivo e presente na sociedade visigótica. Embora desprovidas de conotações pagãs, as celebrações triunfais na época visigótica adquirem o mesmo carácter de exaltação do vencedor perante o povo que alegre e admirava o regresso do rei vitorioso graças à ajuda de Deus. (ARCE, 2011, p.111, Tradução Nossa).¹³

Ao realizar esta *pompa triumphales* em Toledo, estruturada em torno de uma encenação incomensuravelmente humilhante para aquele que outrora havia se nomeado o “Rei” da Narbona, o dux Paulo, e igualmente para os seus partidários, Wamba colocava em prática a continuidade de uma conduta político-militar romana de natureza profundamente simbólica, porém de eficácia visivelmente prática, objetivando, assim, reforçar a sua autoridade monárquica perante os súditos, através do notório “ensinamento pedagógico” que a encenação do cortejo oferecia em relação ao que poderia acontecer a todos aqueles que se voltassem contra a figura do monarca toledano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas estas incisivas críticas, não há como negar que o conceito de *Antiguidade Tardia* seguramente se apresenta como um paradigma epistemológico que busca o rompimento com os marcos espaciais e temporais que secularmente engendraram os discursos historiográficos produzidos em torno da transição da Antiguidade para a Idade Média, optando pela problematização

¹² Iul. Tol., H.W., 30: “Etenim quarto fere ab urbe regia miliario Paulus princeps tyrannidis uel ceteri incontentores seditio num eius, decaluatis capitibus, abrais barbibus pedibusque nudatis, subsqualentibus ueste uel habitu induti, camelorum uehiculis imponuntur. Rex ipse perditionis praeibat in capite, omni confusionis ignominia dignus et picea ex coreis laurea coronatus. Sequebatur deinde hunc regem suum longa deductione ordo suorum dispositus ministrorum, eisdem omnibus quibus relatum est uehiculis insedentes eisdemque inclusionibus acti, hinc inde adstantibus populis, urbem intrantes...”

¹³ “Estaba vivo y presente en la sociedad visigoda. Aunque desprovisto de sus connotaciones paganas, las celebraciones del triunfo en época visigoda adquieren el mismo carácter de exaltación del vencedor ante el pueblo que asiste alegre y admirado al retorno del rey vencedor gracias a la ayuda de Dios”. ARCE, Javier. **Esperando a los arabes: Los visigodos en Hispania (507-711)**. Madrid: Marcial Pons, 2011, p.111.

e inserção de “espaços” que não apenas os ocidentais europeus, como os mediterrânicos asiáticos e africanos, e igualmente de “tempos transitórios” que demarcam não apenas notáveis rupturas, mas sim, profundas continuidades.

Por meio da análise da permanência do *Triumphus* imperial romano em meio as condutas político-militares dos monarcas hispanovisigodos (sécs.VI-VII), contemplamos então uma dentre as inúmeras “heranças” do passado clássico romano que foram assimiladas e ressignificadas pelas dignidades políticas que ocupavam os espaços de poder naquele momento de transição entre a História Antiga e a Idade Média, em suma, durante a *Antiguidade Tardia*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONTES TARDOANTIGAS

CHRONICA BICLARENSE. In: ÁLVAREZ RUBIANO, P. La crónica de Juan Biclarense. Versión castellana y notas para su estudio. *Analecta Sacra Tarraconensia* 16, 1943, pp. 7- 44.

HISTÓRIA WAMBAE. In: FLÓREZ, Enrique. *España Sagrada. Trata de la Santa Iglesia de Toledo.* Tomo VI. Tercera Edicion. Madrid: Real Academia de la Historia, 1839.

- BIBLIOGRAFIA

ARCE, Javier. **Esperando a los arabes: Los visigodos en Hispania (507-711).** Madrid: Marcial Pons, 2011.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização feudal: do ano mil a colonização da América.** São Paulo: Globo, 2006.

BROWN, Peter. **The world of Late Antiquity.** Thames and Hudson, Londres, 1995.

CHESNEAUX, Jean. As armadilhas do quadripartismo histórico. In: CHESNEAUX, Jean (Org). **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e historiadores.** São Paulo: Ática, 1995.

FRIGHETTO, Renan. Política e Poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. **História Revista (UFG)**, v. 11, p. 161-177, 2006.

_____. A Longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: **VII Semana de Estudos Medievais, 2010, Brasília. Por uma longa duração. Perspectivas dos estudos medievais no Brasil.** Brasília: Casa das Musas, 2009.

_____. Apresentação ao Dossiê “A Antiguidade Tardia: o alvorecer de um conceito historiográfico”. In: A Antiguidade Tardia: o alvorecer de um conceito historiográfico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n.5, 2013, p.11-13.

_____. **A antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Transformação e Tradição: a influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na Antiguidade Tardia. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 12, n. 2/n.3, p. 19-42, 2008.

GEBARA DA SILVA, Uiran. Outra História Global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, 2019. Disponível para consulta em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e65429>

GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ISLA FREZ, Amancio. **Ejército, Sociedad y Política en la Península Ibérica entre los siglos VII y XI**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Ministerio de Defensa, 2010.

JAMES, Edward. The Rise and Function of the Concept Late Antiquity’. **Journal of Late Antiquity**, Maryland, v.1, n.1, pp. 20-30, 2008.

JONES, A. H. M. **Déclin du Monde Antique**. Paris: Sirey, 1970.

MARCONE, Arnaldo. A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization. **Journal of Late Antiquity**, Maryland, 2008, v.1, n.1, p.4-19.

MARROU, Henri-Irenée. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.

SILVA, Paulo Duarte. O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: Considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média. **Revista Signum**, v.14, n.1, p.73-91, 2013.

PIGANIOL, André. **L’Empire Chrétien**. Paris: 1972.

RIBEIRO MACHADO, Carlos Augusto. A Antiguidade Tardia, a Queda do Império Romano e o debate sobre o “fim do mundo antigo”. **Rev. hist. (São Paulo)**, n. 173, p. 81-114, 2015.

SILVA, Marcelo Cândido da. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v.12, n.2/n.3, p. 53-64, 2008.

WARD-PERKINS, Bryan. **The fall of Rome and the end of Civilization**. New York: Oxford University Press, 2005.